

Programa de Concurso

PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO N.º 05/25

(Nos termos do disposto na alínea a) ou b) do n.º 1 do art.º 20.º do CCP)

1. Objeto do contrato

1.1. O presente procedimento tem por objeto o Prestação de Serviços de Desenvolvimento das atividades de Escola a Tempo Inteiro - Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) e Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), nas Escolas da rede Pública do Município da Lousã, para o ano letivo 2025/2026.

1.2. O Objeto do concurso compreende 4 (quatro lotes), sendo admitidas propostas para um deles, ou para todos os lotes, mas neste último caso, as propostas devem ser submetidas separadamente por lote:

- **Lote 1** - Aquisição de serviços Atividades de Animação e Apoio à Família – AAAF Jardim de Infância da Lousã, Jardim de Infância de Santa Rita e Jardim de Infância do Freixo;
- **Lote 2** - Aquisição de serviços Atividades de Animação e Apoio à Família – AAAF Jardim de Infância das Fontainhas;
- **Lote 3** - Aquisição de serviços Atividades de Animação e Apoio à Família – AAAF Jardim de Infância de Serpins;
- **Lote 4** - Aquisição de serviços Atividades de Enriquecimento Curricular – AEC

1.3. A concretização da prestação de serviços, rege-se de acordo com as especificações técnicas e referência a aspetos essenciais, constantes do caderno de encargos do procedimento, especificadas para cada lote.

2. Entidade pública contratante

A entidade pública contratante é o Município da Lousã, sito na Rua Dr. João Santos, 3200-953 Lousã com os números de telefone: 239 990 370 e de fax (secretaria geral): 239 990 381 – fax (secretariado): 239 990 379 e com o e-mail: geral@cm-lousa.pt

3. Órgão que tomou a Decisão de Contratar

A decisão de contratar foi autorizada pelo Senhor Presidente da Câmara sob proposta de ratificação em reunião da Câmara Municipal de ____/____/2025.

4. Órgão competente para prestar esclarecimentos, retificação e alteração das peças procedimentais

No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados podem solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados.

Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas:

- a) O júri do procedimento deve prestar os esclarecimentos solicitados;
- b) O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por lele expressamente aceites.

5. Fundamentação da escolha do procedimento

O presente procedimento por concurso público é adotado nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP.

6. Preço base

6.1 - Pela aquisição do objeto do contrato a celebrar o Município da Louçã dispõe-se pagar ao fornecedor o preço base global de **411.000,00€ (quatrocentos e onze mil euros)**, acrescido de IVA a taxa em vigor, sendo o preço máximo a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato distribuído por lote da seguinte forma:

- **Lote 1** - Aquisição de serviços Atividades de Animação e Apoio à Família – AAAF Jardim de Infância da Louçã, Jardim de Infância de Santa Rita e Jardim de Infância do Freixo: **220.000,00€ (duzentos e vinte mil euros)**, acrescido do IVA à taxa legal em vigor;
- **Lote 2** - Aquisição de serviços Atividades de Animação e Apoio à Família – AAAF Jardim de Infância das Fontainhas: **27.500,00€ (vinte e sete mil, e quinhentos euros)**, acrescido do IVA à taxa legal em vigor;

- **Lote 3** - Aquisição de serviços Atividades de Animação e Apoio à Família – AAAF Jardim de Infância das Serpins: **27.500,00€ (vinte e sete mil, e quinhentos euros)**, acrescido do IVA à taxa legal em vigor;

- **Lote 4** - Aquisição de serviços Atividades de Enriquecimento Curricular – AEC: **136.000,00€ (cento e trinta e seis mil euros)**, acrescido do IVA à taxa legal em vigor.

6.2 - Os preços constantes no número anterior são o preço máximo aceite a ser apresentado em sede de proposta.

6.3 - O preço base fixado no parágrafo anterior fundamenta-se nos custos médios unitários, do ano letivo de 2024/2025, e tendo como referência o número de alunos do ano letivo anterior, sendo espectável o aumento da rede escolar e consequentemente o aumento de n.º de alunos a frequentar as AAAF e AEC.

7. Preço anormalmente baixo

Ao abrigo do disposto no n.º 2, do artigo 71.º do CCP, o preço ou o custo de uma proposta pode ser considerado anormalmente baixo, por decisão devidamente fundamentada do órgão competente para a decisão de contratar.

8. Concorrentes

Poderão ser concorrentes as entidades que cumpram, os seguintes requisitos:

- Não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

9. Documentos da proposta

A proposta, a ser apresentada para cada lote, deverá ser constituída pelos seguintes elementos e documentos:

10.1 Documento Europeu Único de Contratação Pública – **DEUCP**

10.2 Documentos que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar;

10.3 Documento do qual constem os seguintes elementos:

- Valores unitários;
- Prazo de entrega;
- Valor global da proposta;

- Condições de pagamento – **não inferior a 60 dias;**

10.4 Os valores constantes da proposta não incluirão o IVA e deverá ser indicada a taxa de IVA que incide sobre os mesmos;

10.5 Na proposta de preço, o concorrente pode especificar aspetos que considere relevantes para a apreciação da mesma;

10.6 A proposta terá de ser assinada pelo concorrente ou seus representantes;

10.7 O concorrente fica obrigado a manter a sua proposta durante um período mínimo de 66 dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas

10. Prazo da obrigação de manutenção das propostas

O prazo da obrigação de manutenção das propostas é de 66 (sessenta e seis) dias, contados da data do termo do prazo fixado para a sua apresentação.

11. Propostas variantes

Não é permitida a apresentação de propostas variantes, configurando tal facto motivo de exclusão destas e da respetiva proposta base.

12. Critério de adjudicação

A adjudicação, para cada lote, será feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade da "**Avaliação do Preço**" enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar, conforme previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP.

13. Critério de desempate

No caso de, após a aplicação do critério de adjudicação referido no ponto anterior, se verificar uma situação de empate, recorrer-se-á ao sorteio, nos termos da al. c) do n.º 5 do art.º 74.º do CCP.

O sorteio será público e presencial, em cujo ato participam todos os elementos efetivos do júri, bem como os representantes dos concorrentes, credenciados para o efeito, através de declaração da entidade que os habilita e permita a sua identificação.

O ato decorrerá em hora e dia a notificar através da plataforma ACINGOV, sempre até ao terceiro dia útil seguinte ao da notificação do mesmo e decorridas que

sejam 24 horas corridas da referida notificação, a ter lugar na sala de reuniões localizada no rés-do-chão do Edifício dos Paços do Concelho, sito na Rua Dr. João Santos, 3200-953 Lousã.

O sorteio será puro, sem condicionantes, e obedecendo ao tipo "sorteio de bolas", nos termos da metodologia seguinte:

- a. As designações dos concorrentes serão inscritas em retângulos de papel com a dimensão de 75x50cm, que serão dobrados em quatro partes e introduzidos em cápsulas ovais opacas com abertura ao centro;
 - b. As cápsulas referidas na alínea anterior serão depositadas num saco opaco, de forma a não ser possível vislumbrar o seu conteúdo;
 - c. O número de cápsulas inserido corresponderá ao número de propostas a desempatar;
 - d. Para efeitos da extração, o saco será agitado e o Presidente do Júri retirará uma cápsula de cada vez, sem dirigir o olhar ao saco, que é aberta, o papel desdobrado e exibido aos elementos presentes, até que todas tenham sido retiradas;
 - e. A sequência de extração das cápsulas definirá a ordenação final das propostas para efeitos de adjudicação, equivalendo a primeira cápsula ao primeiro lugar e assim sucessivamente.
 - f. O Presidente do júri anunciará o resultado e o sorteio é dado por encerrado.
- Findo o ato, será lavrada ata do sorteio, assinada por todos os elementos do júri e representantes dos concorrentes presentes. Se qualquer um dos representantes dos concorrentes recusar firmar a ata, constará desta referência ao incidente.

14. Prazo para apresentação da proposta

As propostas, bem como os documentos que as acompanham, devem ser apresentadas, até às 23h59m do 30.º dia (dias seguidos), a contar da data do envio do anúncio ao Serviço das Publicações Oficiais da União Europeia, através da plataforma ACINGOV, devendo a respetiva receção ocorrer dentro do prazo fixado para a apresentação da proposta

A proposta terá, sob pena de exclusão, que ser apresentada até à data e hora definidas na plataforma de compras públicas, acessível através do seguinte endereço: www.acingov.pt

A receção da proposta terá obrigatoriamente, que ocorrer dentro do prazo fixado, sendo a mesma registada por referência à respetiva data e hora.

A abertura da(s) proposta(s) decorrerá após o término do prazo para a sua entrega.

15. Modo de apresentação da proposta

16.1 A proposta terá obrigatoriamente, que ser redigida em língua portuguesa ou, não o sendo, deve ser acompanhada de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre o respetivo original.

16.2 A proposta e os documentos que a constituem terão de ser apresentados na plataforma de compras públicas, acessível através do seguinte endereço: www.acingov.pt

16. Documentos de habilitação

Após a notificação de adjudicação, e dentro do prazo previsto, o adjudicatário terá, obrigatoriamente, que apresentar os documentos de habilitação, para cada lote, constantes do art.º 81.º do CCP:

- Declaração emitida conforme o modelo constante do **Anexo II**;
- Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º do CCP;
- Declaração de situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social;
- Declaração de situação regularizada relativamente a impostos;
- Registo criminal dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência;
- Registo criminal da entidade;
- Certidão permanente ou documento que disponha de informação equivalente;
- Identificação dos elementos com competência para a outorga do contrato escrito e documentação que comprove tal competência.
- Comprovativo de Registo e das respetivas atualizações de beneficiário efetivo no RCBE

17. Prazo para apresentação dos documentos de habilitação

O adjudicatário deverá apresentar os documentos de habilitação no prazo de 5 (cinco) dias a contar da respetiva notificação.


18. Proteção de Dados

Caso a execução do contrato implique o acesso a dados pessoais, o cocontratante deverá dar cumprimento às medidas técnicas e organizativas adequadas ao tratamento de dados pessoais cumprindo o disposto no regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e Conselho de 27 de abril de 2016.

19. Legislação Aplicável

Em tudo quanto for omissa no presente convite, observar-se-á o disposto no CCP e demais legislação aplicável.

Lousã, 8 de julho de 2025

○ Presidente da Câmara

Luís Miguel Correia Antunes